

BIBLIOGRAFIA Y DOCUMENTACION DE REFERENCIA

- Rev. *Alfoz*, nn. 56 y 57, 1988.
- A. Bagnasco, 'La reestructuración de la gran industria y los procesos sociopolíticos en la ciudad de Turín, por ejemplo', en rev. *Reis*, n. 38, pp. 45-74, 1987.
- , *La costruzione sociale del mercato: strategia d'impresa ed esperimenti di scala in Italia*, noviembre 1983.
- M. Castells, 'Las nuevas tecnologías y la reestructuración económico social: una perspectiva comparada', en *Cambio social y modernización*, Generalitat Valenciana, 1989.
- J. J. Castillo, 'Crisis de trabajo y cambios sociales', introducción rev. *Reis*, n. 38, 1987.
- , 'Tecnología, cooperación entre empresas y diálogo social', en rev. *Telos*, n. 22, 1990.
- Alvaro Espina, 'El empleo, el mercado de trabajo y las relaciones laborales en perspectiva de futuro', en *Cooperativismo, Economía Social*, Boletín de Estudios y Documentación, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, septiembre-octubre 1988.
- G. Garofoli, 'Modelos locales de desarrollo', en rev. *Estudios Territoriales*, nn. 15-16, pp. 157-168, 1984.
- X. Greffe, *Descentralizar en favor del empleo*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.
- R. Petrella y O. Ruyssem, 'Por una perspectiva europea de las relaciones tecnología-empleo-trabajo', en rev. *Reis*, n. 38.
- M. J. Piore y Ch. F. Sabel, *La segunda ruptura industrial*, Alianza Universidad, 1990.
- J. E. Rodríguez Ibáñez, 'De la sociedad de trabajo a la sociedad tecnológica', en rev. *Reis*, n. 45, pp. 159-174, 1989.
- M. Santos Ruesga, 'Economía no observada y juventud', en *Reparto de trabajo y crisis*, Fund. Pablo Iglesias, 1986.
- J. Subirats i Humet, *Apunts pera un projecte de ciutat. Elements de concertació local*, Ajuntament de Barcelona, 1988.
- A. Touraine, *La sociedad post-industrial*, Ed. Ariel, 1973.
- A. Vázquez Barquero, 'La política regional en tiempos de crisis', en rev. *Estudios Territoriales*, nn. 15-16, pp. 21-37, 1984.

Centralização/descentralização no processo de planeamento do desenvolvimento regional

1. INTRODUÇÃO

Portugal é um país pequeno em área geográfica, em população e em capacidade económica efectiva. O nosso rendimento per capita continua a situar-se a níveis extremamente afastados das médias europeias (cerca de 4 vezes inferior à média das Comunidades Europeias).

Um modelo de desenvolvimento que durante décadas (e em parte ainda hoje!) foi orientado fundamentalmente para o exterior, conduziu a uma excessiva concentração industrial em torno de Lisboa e do Porto, com consequências negativas para todo o país. Com efeito, enquanto algumas zonas do país foram sangradas pela emigração, dos seus recursos humanos, outras debatem-se desde há muito, com problemas de congestionamento demográfico, com graves consequências a nível de habitação, do seneamento básico, dos transportes públicos e dos equipamentos sociais.

Os caminhos do desenvolvimento passam inevitavelmente pelo aproveitamento integral dos recursos endógenos de todas as regiões, com a participação activa das populações, das autarquias e de todos os agentes económicos, a solicitar um trabalho de articulação intra e interregional na preparação, execução e controlo dos planos de desenvolvimento.

O regime caído em abril de 1974, pela sua própria essência, não podia aceitar esse processo participativo que exige, antes de mais, para ser efectivo, a descentralização do processo de planeamento e das tomadas de decisão.

Passados 16 anos depois do derrube do regime ditatorial, o sistema de

planeamento português reflecte naturalmente as consequências da ausência da delimitação de regiões, com poderes de decisão, sobre os problemas fundamentais do seu desenvolvimento. Continua a ser um sistema fortemente centralizado. As Comissões de Coordenação Regional, embora seja justo reconhecer-se-lhe importante mérito na organização do território e no apoio às autarquias e, independentemente das pessoas que nelas trabalham, sofrem de dois pecados originais:

- coordenam regiões transversais que abrangem zonas com dinâmicas de desenvolvimento antagónicas, não servindo, em consequência, os objectivos do desenvolvimento harmonioso;
- tem poder de decisão extremamente limitado e condicionado.

Na verdade, a criação das Comissões de Coordenação Regional, não passou de um acto de desconcentração de algumas das actividades de planeamento. Esta desconcentração traduziu-se na prática, em pouco mais do que a montagem de antenas regionais para a recolha e tratamento parcial da informação, mantendo a Administração Central o poder de decisão praticamente intacto.

Num sistema de planeamento descentralizado, num sistema de regiões com poderes de decisão, todas as funções do planeamento: diagnóstico, definição e escolha de valores, definição e hierarquização de objectivos, elaboração de programas de desenvolvimento, implementação, controlo de execução, revisão, etc., devem ser relativamente descentralizados. Isto é, aos poderes regionais, cabe um importante papel decisional em todo o processo de planeamento muito embora se considere importante que esse processo decisional seja de algum modo coordenado e integrado a nível nacional.

Dentro do exercício dos poderes regionais, no interior de cada região, será necessário encontrar formas de descentralização que garantam o envolvimento das populações, quer através da própria constituição de órgãos de poder, quer através de um certo grau de descentralização interna. E não se vê outro meio eficiente e justo de o conseguir que não inclua o envolvimento activo das autarquias neste processo.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PLANEAMENTO REGIONAL

Começaremos por sublinhar, por um lado, o comportamento sistémico das regiões e, por outro lado, o do país enquanto sistema de regiões. Serve

isto para alertar para a interacção entre as várias regiões dentro do sistema nacional, para a relação de cada uma delas com o seu meio ambiente próprio e ainda para o carácter dinâmico dos sistemas «regiões».

No processo de planeamento, vamos lidar com o sistema físico, com o sistema urbanístico, com o sistema ambiental e com o sistema socio-económico, este último sujeito a mutações constantes e à influência de uma grande complexidade de variáveis aleatórias, fora de alcance do nosso controle.

Serve isto para sublinhar o facto de o planificador ter que contar sempre com a incerteza como importante factor condicionante.

Essa incerteza condiciona-nos a diversos níveis e sob diversas formas a colocar ao planificador uma série de questões. Por exemplo:

- Estão os poderes regionais e/ou os poderes autárquicos, em condições de definir e escolher os valores a preservar?
- Conhecem eles todos os elementos relativos às estratégias de outras regiões?
- Que influência terão nos resultados do plano, eventuais alterações climatéricas?

Com vista a diminuir o grau de incerteza é importante que:

- Sejam definidos e claramente delimitados os poderes regionais e os poderes autárquicos bem como a articulação entre eles e com o poder central.
- O trabalho de planeamento seja um trabalho interdisciplinar por forma a permitir levar em conta as suas diversas variantes (infraestruturas produtivas e sociais, tecnologia, economia, emprego, segurança social, cultura, costumes, política de rendimentos e preços, política de ordenamento do território, etc.).
- O processo de planeamento seja um processo dinâmico, contínuo, flexível, deslizante (no sentido de conter a possibilidade de correcções constantes); um *autêntico processo de aprendizagem* e de colocação de questões (a learning and cognition process).

A informação é um dos principais meios de diminuir a incerteza. Daí que a existência de bons meios de informação —informática e telecomunicações (a telemática)— e de uma boa rede de transportes que permitam o acesso rápido aos grandes centros de decisão central e a outras regiões e garantam o fluxo

rápido e eficaz de pessoas e bens dentro da região, sejam fundamentais para o bom funcionamento do processo de planeamento a nível da região.

A diminuição de incerteza no que concerne ao respeito pelos valores, pode ser conseguida através de um debate amplamente participado, num processo democrático com o qual as populações se identifiquem, enquanto a incerteza relativa às estratégias de outras regiões se poderá diminuir através da cooperação estreita entre poderes regionais e autárquicos a nível intra e interregional.

É pois importante, que a dinâmica dos sistemas regionais seja incorporada no próprio processo de planeamento. Mas isso exige que, o sistema região, seja visto por um lado como subsistema do sistema nacional e, por outro lado, como conjunto articulado e hierarquizado de subsistemas que constituem, por sua vez, sistemas a níveis inferiores. É o caso, por exemplo, das regiões, das subregiões e dos municípios cuja hierarquia se pode sintetizar através do diagrama da figura 1.

SISTEMAS HIERARQUIZADOS

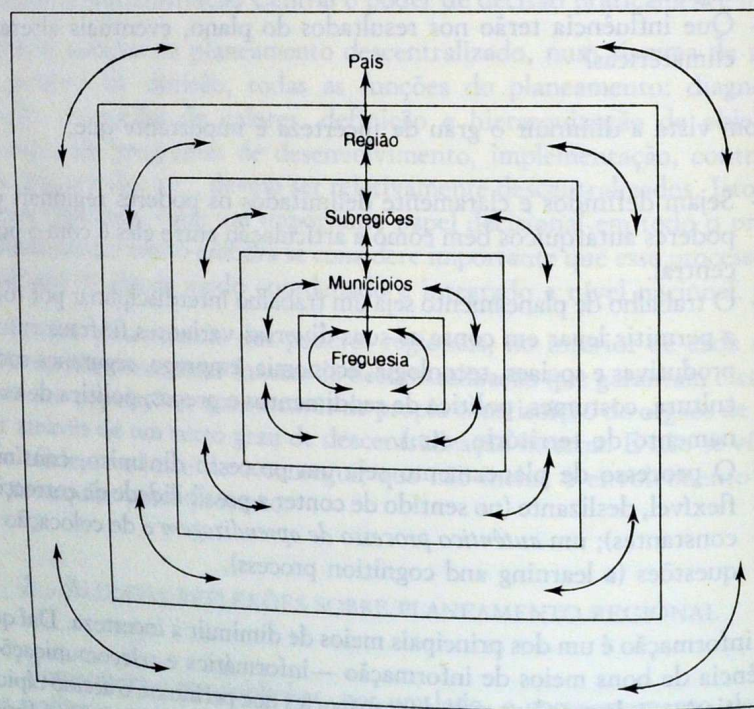


Figura 1

As decisões, aos diversos níveis sistémicos, devem ser tomadas tendo em conta, tanto quanto possível, não só a situação presente como, sobretudo, as perspectivas de evolução mais provável dos sistemas, do seu meio ambiente e do sistema de valores.

É importante introduzir no processo de planeamento mecanismos de controlo e de autoregulação, que permitam comparar, com razoável frequência, os resultados esperados com os resultados efectivamente verificados e, quando os desvios entre ambos ultrapassam os níveis de tolerância (desvios considerados aceitáveis), introduzir mecanismos de correcção automática. Quer isto dizer que, o processo de planeamento, deve ser concebido e realizado numa perspectiva de retroacção cibernética que se sintetiza no esquema da figura 2.

ESQUEMA DE RETROACÇÃO CIBERNÉTICA NO PROCESSO DE PLANEAMENTO

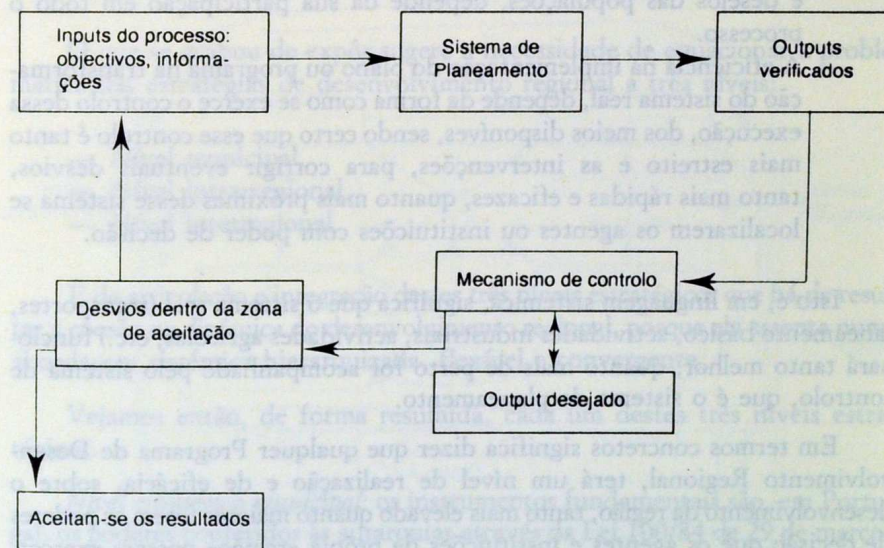


Figura 2

3. PROCESSO DE PLANEAMENTO E NÍVEIS ESTRATÉGICOS

Qualquer processo de planeamento, independentemente do sector específico ou da região a que diga respeito, engloba uma série de actividades, desenvolvidas no tempo, de forma articulada e hierarquizada merecendo, contudo, ser sublinhada a não rigidez da hierarquização. Engloba o diagnóstico da situação do sistema real que queremos planejar, a definição de estratégias, a escolha e hierarquização de objectivos gerais e sectoriais, a busca e o balanço dos meios necessários à realização dos objectivos, a implementação e controlo de execução dos planos de desenvolvimento, a sua eventual correcção, etc.

Dentro deste processo a definição de objetivos, a sua hierarquização, a busca de meios e a implementação e controlo de execução, desempenham um papel de extrema importância, por diversas razões, de entre as quais se salienta:

- A forma como os poderes locais e regionais tomam parte nesse processo depende do grau de descentralização do poder decisional.
- A identificação dos objectivos de desenvolvimento, com os interesses e desejos das populações, depende da sua participação em todo o processo.
- A eficiência na implementação do plano ou programa na transformação do sistema real, depende da forma como se exerce o controlo dessa execução, dos meios disponíveis, sendo certo que esse controlo é tanto mais estreito e as intervenções, para corrigir eventuais desvios, tanto mais rápidas e eficazes, quanto mais próximas desse sistema se localizarem os agentes ou instituições com poder de decisão.

Isto é, em linguagem sistémica, significa que o sistema real (transportes, saneamento básico, actividades industriais, actividades agrícolas, etc.) funcionará tanto melhor, quanto mais de perto for acompanhado pelo sistema de controlo, que é o sistema de planeamento.

Em termos concretos significa dizer que qualquer Programa de Desenvolvimento Regional, terá um nível de realização e de eficácia, sobre o desenvolvimento da região, tanto mais elevado quanto maiores forem os poderes de decisão que os agentes e instituições da própria «região» possam exercer.

A referência aos poderes localizados na região remete para a necessidade da existência de regiões e correspondentes poderes regionais, que coordenem, ampliem e completem de forma cooperativa os poderes municipais no sentido

de garantir o pleno uso destes últimos na sua função de planeamento do desenvolvimento económico, social e cultural da região.

A intervenção de poderes regionais é de extrema importância porque, entre outras razões:

- há objectivos, programas e projectos que ultrapassam o âmbito municipal;
- os interesses municipais são muitas vezes antagónicos a solicitar a intervenção colaborante e mediadora de uma entidade supra-municipal;
- o desenvolvimento da região e do país tem de apoiar-se cada vez mais na valorização dos seus recursos endógenos, a exigir dimensões de escala inviáveis a nível municipal;
- o próprio poder negocial e reivindicativo fica demasiado fraccionado e em consequência, pouco eficaz, quando se reduz ao município;
- a existência da região, com poderes regionais, com uma estratégia de desenvolvimento definida e implementada de forma participativa, é um factor importante da coesão necessária ao reforço dos laços económicos, sociais e culturais intermunicipais.

O que se acabou de expôr sugere a necessidade de equacionar a problemática das estratégias de desenvolvimento regional a três níveis:

- Nível municipal.
- Nível intrarregional.
- Nível interregional.

É da articulação e integração destes três níveis estratégicos que há-de resultar a coesão na dinâmica do desenvolvimento regional, porque ela assenta numa abordagem sistémica hierarquizada, flexível e convergente.

Vejamos então, de forma resumida, cada um destes três níveis estratégicos.

Nível estratégico municipal: os instrumentos fundamentais são, em Portugal, os poderes conferidos às autarquias através da Lei 100/84 de 29 de março, com as alterações introduzidas pela Lei 25/85 de 12 de agosto, a Lei das Finanças Locais e os Planos Municipais, em particular o Plano Director Municipal, cuja obrigatoriedade é definida na Lei 69/90 de 2 de março que fixa como limite, para a sua elaboração e aprovação, a data de 31 de dezembro de 1991.

Como objectivos fundamentais e gerais de cada município podem considerar-se:

- O desenvolvimento socio-económico do município.
- A melhoria das acessibilidades de transportes intra e intermunicipais.
- O saneamento básico.
- O desenvolvimento das infraestruturas sociais e produtivas e das infraestruturas e actividades culturais e recreativas.
- O ordenamento do território do município.
- A urbanização.

De referir que, de acordo com a Lei 69/90, os Planos Directores Municipais deverão, para além de delimitar zonas urbanas e urbanizáveis, conter a cartografia do zonamento do uso dos solos, definir as Reservas Agrícolas e as Reservas Ecológicas (fig. 3).

MUNICÍPIO

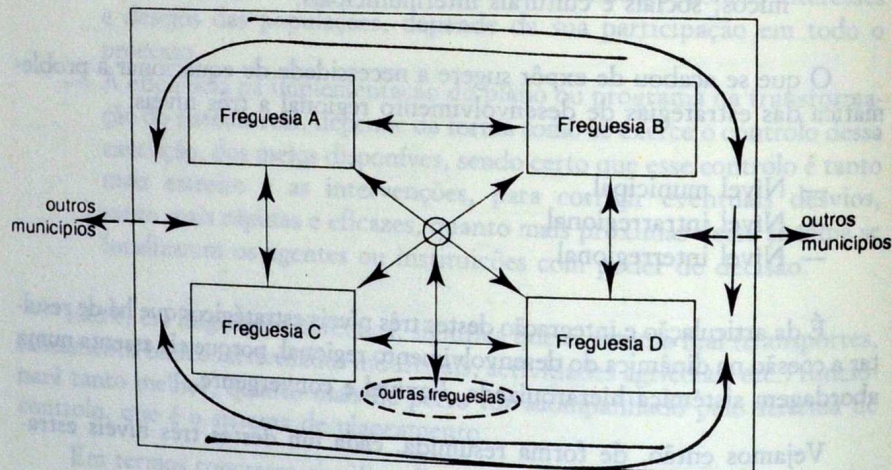


Figura 3

Nota: As setas que não ligam freguesias servem para realçar que os objectivos do município não são apenas a soma dos objectivos, ainda que articulados, das suas freguesias.

Nível estratégico intraregional: Integra de forma coerente e articulada os Planos Municipais no Plano de Desenvolvimento Regional, não se limitando

contudo, à mera soma dos mesmos. O plano regional de desenvolvimento tem metas e objectivos próprios com os quais se deve procurar a convergência dos objetivos municipais, ao mesmo tempo que eles próprios, os objetivos regionais, deverão ser convergentes com os objetivos de desenvolvimento nacional. Com efeito, nunca será demais sublinhar que, por um lado, as regiões são subsistemas do sistema nacional onde se integram e, por outro lado, há equipamentos sociais e produtivos, há projectos económicos e infraestruturas de desenvolvimento científico e tecnológico, que não têm uma função meramente municipal e só são viáveis a nível regional, extravasando alguns mesmo para o âmbito multiregional:

- O desenvolvimento económico e social da região.
- O seu ordenamento territorial.
- A preservação do ambiente e a valorização do meio natural e cultural.
- A qualidade de vida das populações,

são alguns dos objectivos gerais de desenvolvimento regional, cuja especificação dependerá das condições geoeconómicas, políticas e humanas de cada região concreta. Este assunto será desenvolvido um pouco mais adiante (fig. 4).

REGIÃO

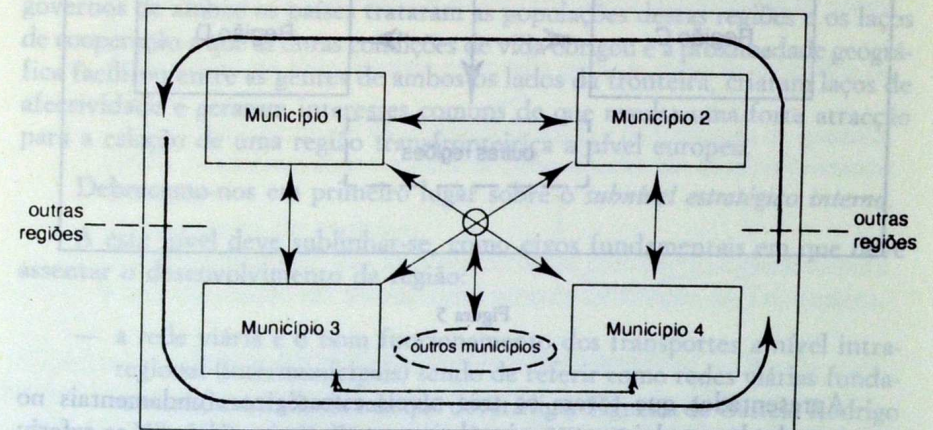


Figura 4

Nota: Importa notar que a região pode ainda estar dividida em subregiões (ou Províncias como é o caso de Espanha) com algum poder de decisão relativo ao planeamento do seu desenvolvimento.

Nível estratégico interregional: releva da própria concepção sistémica da região como subsistema de um sistema de nível superior que é o país. É a este nível estratégico que se concentram as preocupações de coerência entre objectivos regionais e objectivos nacionais, as relações interregionais e o planeamento das vias de acesso entre regiões, isto é, todo o sistema de circulação nacional (fig. 5).

P A Í S

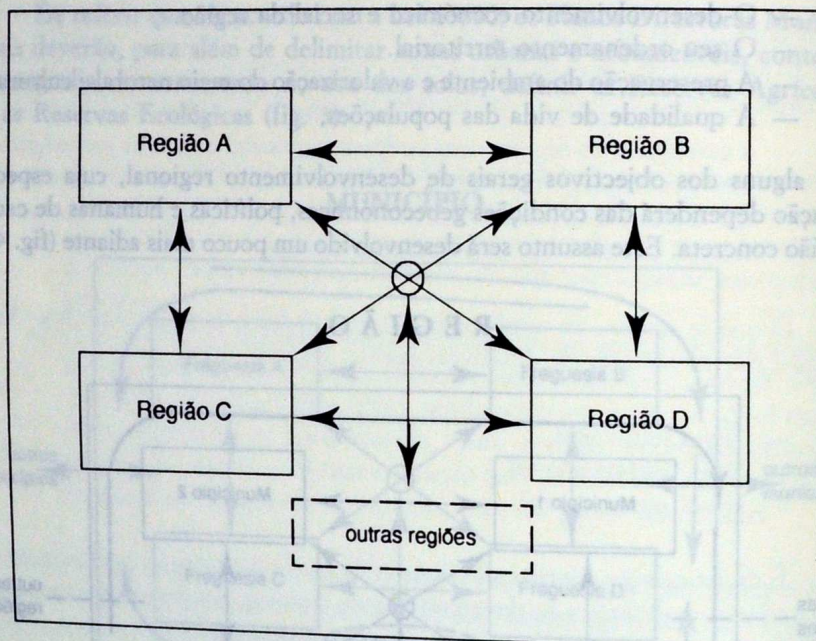


Figura 5

Apresentados que foram os três níveis estratégicos fundamentais no processo de desenvolvimento regional, importará agora, tal como se referiu atrás, penetrar de forma um pouco mais pormenorizada na problemática intraregional. Não trataremos aqui da região em abstracto, mas sim de uma região concreta, a Beira Interior, pela riqueza que representa a sua situação particular em termos estratégicos.

Com efeito, tratando-se de uma região interior fronteiriça, a escolha das estratégias de desenvolvimento, há-de reflectir essa situação. Para isso, importará considerar ainda dois subníveis:

- Interno.
- Transfronteiriço.

A consideração do subnível transfronteiriço dentro do nível intraregional resulta, sobretudo, da dupla posição que ambos os lados da fronteira ocupam no desenvolvimento da zona fronteiriça.

Com efeito, enquanto espaços regionais de cada um dos países, têm interesses, culturas e costumes próprios que reforçam a sua coesão interna e convergente com os interesses de cada um dos países. Enquanto zonas de fronteira, económica e socialmente deprimidas, com costumes, culturas e interesses relativamente comuns que resultam do desprezo com que as políticas económicas de ambos os países as têm tratado, dos laços que, mau grado todo o passado histórico remoto, sempre houve entre as populações de ambos os lados da fronteira, da possibilidade de poderem beneficiar de importantes apoios comunitários para o desenvolvimento de projectos comuns e, como já foi referido, da futura abolição das fronteiras numa Europa Comunitária.

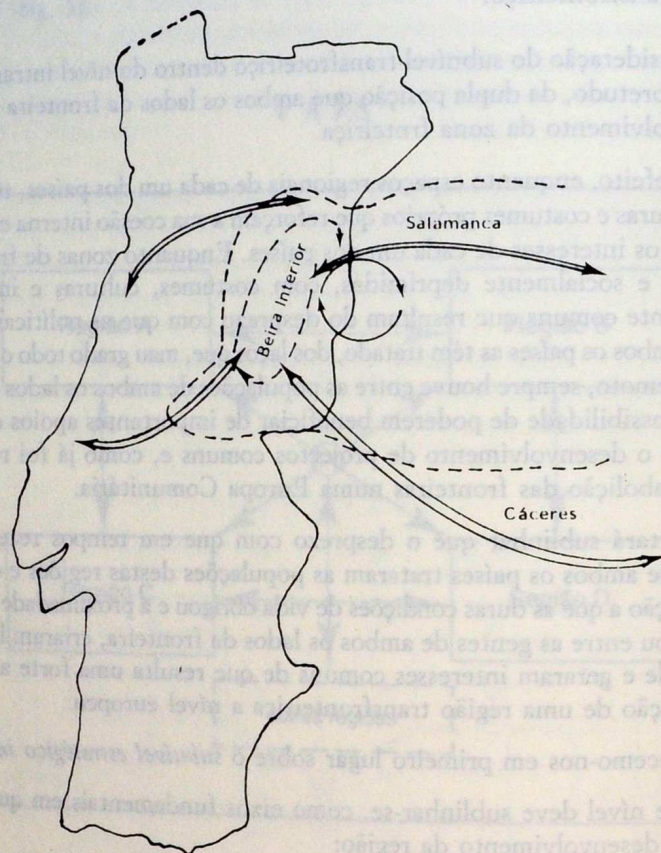
Importará sublinhar que o desprezo com que em tempos recentes os governos de ambos os países trataram as populações destas regiões e os laços de cooperação a que as duras condições de vida obrigou e a proximidade geográfica facilitou entre as gentes de ambos os lados da fronteira, criaram laços de afectividade e geraram interesses comuns de que resulta uma forte atracção para a criação de uma região transfronteiriça a nível europeu.

Debreçemo-nos em primeiro lugar sobre o *subnível estratégico interno*.

A este nível deve sublinhar-se, como eixos fundamentais em que deve assentar o desenvolvimento da região:

- a rede viária e o bom funcionamento dos transportes a nível intraregional (intermunicipais) sendo de referir como redes viárias fundamentais, a estrada da raia que deverá ligar Figueira de Castelo Rodrigo a Vila Velha de Rodão, passando por Vilar Formoso, Sabugal, Penamacor e Idanha-a-Nova; a continuação do IC 7 (que ligará a Covilhã a Coimbra) até Penamacor; a ligação Figueira de Castelo Rodrigo ao IP 2 (a Vila Nova de Foz Coa a Marialva); a melhoria das ligações entre os concelhos de Belmonte, Manteigas, Sabugal e Penamacor,

QUADRO SÍNTESE DOS NÍVEIS ESTRATÉGICOS INTRA E INTERREGIONAL





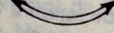
-  Nível estratégico intraregional (subnível interno)
-  Nível estratégico intraregional (subnível fronteiro)
-  Nível interregional

Figura 6

a melhoria da estrada que liga Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Trancoso; a construção do Itinerário Complementar da Meda a Pinhel, entre outras.

- O reforço da rede viária intermunicipal na zona do Pinhal Interior.
- A aceleração completa do projecto de regadio da Cova da Beira e de outros pequenos projectos de regadio na região.
- A regularização do leito dos rios Zêzere e Côa e o aproveitamento hidroeléctrico deste último.
- A navegabilidade do rio Tejo até Vila Velha de Rodão.
- A modernização e desenvolvimento do sector agrícola.
- O apoio ao desenvolvimento do sector agro-alimentar e do mobiliário e serração de madeiras, em paralelo com a reestruturação dos sectores dos linifícios e do vestuário, por forma a absorver parte de mão-de-obra libertada por estes últimos e a aumentar o VAB dos produtos primários de origem regional.
- A reflorestação das zonas ardidas e a florestação de outras não adequadas para a exploração agrícola ou da pecuária.
- Valorização dos recursos sinérgicos.
- A conservação, recuperação e valorização do património arquitectónico, cultural e natural.
- O desenvolvimento do sector do turismo dimensionado e perspectivado em consonância com as características da região.
- A modernização e reorganização do comércio e dos circuitos de distribuição.
- A formação da mão-de-obra orientada para os sectores acabados de referir.
- O desenvolvimento de investigação aplicada e da formação de quadros, virada fundamentalmente para as necessidades do desenvolvimento da região.
- Ordenamento do território.
- O desenvolvimento das telecomunicações com particular relevo para a informatização do mundo rural através da criação de Telecentros.

Ao *subnível interfronteiriço*, pese embora a necessidade de um estudo aprofundado sobre as potencialidades para o desenvolvimento de projectos comuns, parece evidente a necessidade e importância do desenvolvimento de infraestruturas comuns a ambos os lados da fronteira.

Com efeito, não é fácil, sem um estudo feito por uma equipa comum a ambos os lados da fronteira, apontar com rigor os projectos em que deverá

assentar o desenvolvimento comum. Contudo, poder-se-á desde já, a título não definitivo, apontar para a necessidade de:

- Melhorar as ligações de Castelo Branco e Idanha-a-Nova a Cáceres.
- Abrir a ligação de Vila Velha de Rodão a Herrera de Alcantara, por Cedillo.
- Abrir a ligação de Idanha-a-Nova a Coria (em Espanha) por Monfortinho/Moreras.
- Fazer a ligação de Penamacor (continuação do IC 7) a Plassência.
- Abrir a ligação Aldeia da Ponte (Sabugal) a La Albergueria de Arganan.
- Fazer a ligação de Mata de Lobos (Figueira de Castelo Rodrigo) a Sobradilho/Lumbrales.
- Abrir a ligação a Espanha por Barca d'Alva.
- Instalar junto a Vilar Formoso um Gabinete Jurídico e de Apoio Social, transfronteiriço, para apoiar os empresários de ambos os países que queiram investir do outro lado da fronteira, bem como os trabalhadores que tenham de atravessar a fronteira para exercer a sua actividade profissional.

F. MARQUES REIGADO

Profesor de Economía. Universidad de la Beira Interior (Portugal). Director del Centro de Estudios de Desenvolvimento Regional

BIBLIOGRAFIA

- Ashby, W. R. (1966), *An Introduction to Cybernetics*, University Paperback, Methuen.
- Bertalanffy, Ludwig von (1968), *Teoria Geral dos Sistemas*, G. Brazillar, Nova Iorque.
- Chadwick, G. (1971), *A system view of planning: Towards a theory of urban and regional planning process*, Pergmon Press, Oxford.
- Faludi, A. (1973), *Planning theory*, Pergmon Press, Oxford.
- Klir, J. e Valach, M. (1967), *Cybernetics Modelling*, Liffe Books.
- Karnai, J. (1971), *Anti-Equilibrium*, North-Holland Publ., Amesterdão.
- Mesarovic, M. D.; Macko, D.; Takahara, Y. (1970), *Theory of Hierarchical, Multilevel Systems*, Academic Press, Nova Iorque.

Michael, D. N. (1973), *On Learning to Plan and Planning to Learn*, Fossey Boss, S. Francisco.

Quade, E. S. (1975), *Analysis for Public Decision*, American Elsevier, Nova Iorque.

Smith, R. W. (1973), 'Theoretical Basis for Participative Planning', in *Policy Sciences*, 4.

RESUMÉ

Les voies du développement regional passent obligatoirement par l'utilisation intégrale de ses ressources endogènes exigeant la mobilisation des populations qui participent ainsi dans la définition d'objectifs et stratégies.

Afin de garantir la participation des populations, il faut trouver des formes d'exercer le pouvoir d'une manière participée et articulée pour garantir que les objectifs municipaux, regionaux et nationaux s'articulent et s'intègrent dans une perspective de système, hierarchisée et dynamique.

Pour cela, il faut prendre en considération trois niveaux de stratégies: municipal, intrarégional et interrégional.

Dans le cas de Beira Interior, sa situation géographique suppose que le niveau intrarégional soit sous-divisé en deux sous-niveaux:

- interne;
- transfrontalier.

SUMMARY

The ways of regional development pass inevitably through the integral improvement of its endogenous resources demanding the mobilization of the populations to participate on the definition of purposes and strategies.

To guarantee the participation of populations it will be necessary to find means of participated and articulated exercise of power in order to secure that the municipal, regional and national purposes articulate and integrate themselves in an hierarchized and dynamic system perspective.

This suggests consideration of three strategic levels: municipal, intraregional and interregional.

In the concrete case of Beira Interior, its geographic situation advises the intraregional level to be subdivided in two sub-levels:

- inner level;
- transborderig level.

BIBLIOGRAFIA

Summary of the book 'An Introduction to Criminology' by G. B. Jones, New York, 1968. The ways of regional development pass inevitably through the process of its economic resources, including the industrialization of the population to participate in the definition of purposes and strategies. To guarantee the participation of the population will be necessary to find means of participation and regional external resources in order to develop the municipal, regional and national economic and administrative systems. The book is an hierarchical and dynamic system.

Consideraciones sobre las perspectivas de análisis del subdesarrollo y la importancia que otorgan a las relaciones sociales

A primera vista, y dada la gran divulgación de los enfoques del desarrollo desde el punto de vista económico, parecería que los economistas, constituidos en monopolizadores casi exclusivos del tema, tratan de atraer a los estudiosos e interesados en él, a sus metodologías y campos analíticos. Es cierto, el gran impulso dado por los economistas a los estudios sobre el desarrollo y el subdesarrollo, tanto los promotores del equilibrio y las fases de desarrollo como aquellos que han contribuido a romper con las ataduras que este tipo de análisis les imponían, promoviendo, a través de su crítica, nuevas formas más holísticas y más de acuerdo con la realidad de lo que es el subdesarrollo.

No es nuestro objetivo el distinguir entre enfoques sociológicos y económicos del subdesarrollo, tratando de delimitar unas fronteras verdaderamente difusas entre las dos disciplinas. La cuestión principal se plantea en torno a cuestiones metodológicas de las diferentes perspectivas del fenómeno del «subdesarrollo», y más que distinguir entre enfoques sociológicos y económicos del subdesarrollo, trataremos de ver cómo dentro de estos enfoques existe «una derecha y una izquierda», sobre todo cuando se plantea la crítica desde el punto de vista del conflicto, y lo que supone éste para el cambio social.

Nuestra opción por una perspectiva totalizante del subdesarrollo viene determinada por el intento de rechazar el análisis de carácter exclusivista, tanto en el plano del campo económico (donde el desarrollo principalmente es definido como un incremento per cápita o aumento del PNB), como a nivel sociológico (donde los aspectos caracteriales de las personas, así como la acción de los grupos o élites, son definitivos a la hora del «arranque» hacia el desarrollo en los países y regiones atrasados).